JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.09.30 05:49:41 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, 30 de setembro, domingo e segunda-feira, 1º e 2 de outubro de 2023 • Nº 1655 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ENERGIA

Aneel mantém bandeira verde em outubro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nesta sexta-feira, que vai manter a bandeira tarifária verde acionada em outubro. Com a decisão, as contas de luz seguem sem cobrança adicional no próximo mês. O nível foi mantido devido às condições favoráveis de geração de energia no País. Com os reservatórios das usinas hidrelétricas cheios, por causa das chuvas, não é necessário acionar fontes mais caras, como as termelétricas. "A energia gerada está mais barata. Tem chovido mais nos reservatórios, e aí podemos contar com as hidrelétricas, que possuem um custo de geração mais baixo do que outras fontes. Isso sem falar do avanço das usinas eólicas e solares, sobretudo no Nordeste do País", disse o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, em nota. PÁGINA 2

NARCOTRÁFICO

Governo Lula lançará plano de combate ao crime

O governo federal vai lançar nesta segunda-feira, um plano nacional para combater as organizações criminosas no País. A medida foi anunciada pelo secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, nesta sexta-feira, após reunião com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). A gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido alvo de críticas por não apresentar propostas efetivas para a área de segurança pública e ver o avanço de crimes violentos em Estados como Rio e Bahia. Cappelli, braço direito do ministro Flávio Dino na pasta, não detalhou as medidas previstas no plano, mas afirmou que serão priorizadas ações de inteligência para desarticular grupos criminosos. O secretário executivo afirmou que não haverá espetacularização das operações. Apesar das críticas sobre a atuação na área de segurança, Dino pode deixar a pasta rumo ao Supremo Tribunal Federal, onde pode ocupar a vaga de Rosa Weber. PÁGINA 4

HÁ VAGAS

'Enem dos concursos' terá 6,6 mil vagas em 20 órgãos

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck (**foto**), disse nesta sexta-feira, que o concurso nacional unificado visa espelhar melhor a composição da sociedade brasileira na burocracia estatal. "Queremos uma burocracia que seja a cara da sociedade brasileira, em termos de gênero, raça e representação geográfica", destacou. O governo publicou nesta sexta o decreto que institui o Concurso Público Nacional Unificado e seus órgãos de governança. A iniciativa consiste em um modelo de realização conjunta de concursos públicos nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a aplicação simultânea de provas em 180 cidades de todos os Estados e no Distrito Federal. "Muitos órgãos tinham perdido a capacidade de fazer concursos. PÁGINA 2

DESENROLA

Haddad não acredita em nova onda de inadimplência

PÁGINA 2

PARANÁ

Proposta única vence leilão de lote de rodovias

PÁGINA 2

GOLPISMO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Presidente da CPMI protege Braga Netto e desmarca depoimento

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro desmarcou o depoimento do ex-ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro (PL), general da reserva Walter Braga Netto. É a segunda vez que a oitiva do militar é cancelada. A decisão foi tomada pelo presidente do colegiado, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA) (**foto**). Braga Netto era esperado para prestar depoimento no dia 5 de outubro, às 9h. Maia, no entanto, decidiu cancelar a convocação e marcar a oitiva do primeiro-sargento da Polícia Militar do Distrito Federal Beroaldo José de Freitas Júnior. O PM estava na cúpula do Congresso Nacional no dia dos ataques golpistas aos prédios dos Três Poderes. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,72% / 116.565,17 / 834,41 / Volume: R$ 20.167.312.348 / Negócios: 3.293.162

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
CASAS BAHIA ON NM	0.630	+6.78	+0.040
HAPVIDA ON ATZ NM	4.70	+5.15	+0.23
IRBBRASIL REON NM	44.00	+5.36	+2.24
P.ACUCAR-CBDON NM	3.50	+4.17	+0.14
MAGAZ LUIZA ON NM	2.12	+3.41	+0.07

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.57	–3.02	–0.08
GRUPO NATURAON NM	14.56	–2.22	–0.33
BBSEGURIDADEON NM	31.21	–1.55	–0.49
EZTEC ON NM	18.82	–1.05	–0.20
GERDAU PN N1	24.13	–0.70	–0.17

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	34.64	+0.55	+0.19
VALE ON NM	67.58	+1.32	+0.88
PETRORIO ON NM	47.04	–0.42	–0.20
LOCALIZA ON EJS NM	58.56	+2.52	+1.44
HAPVIDA ON ATZ NM	4.70	+5.15	+0.23

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.507,5	-0,47
NASDAQ Composite	13.219,321	+0,14
CAC 40	7.135,06	+0,26
FTSE 100	7.608,08	+0,08
DAX 30	15.386,58	+0,41
Ftse Mib	28.243,26	+0,28

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	12,75%
Poupança 3 (29/09)	0,6136%
TR (29/09)	0,1754%
IGP-M	0,37% (set.)
IPCA 15	0,35% (set.)
CDI (02/08)	12,65%
OURO BM&F/grama	R$ 298,39
EURO Comercial	Compra: 5,3131 Venda: 5,3138
EURO turismo	Compra: 5,3601 Venda: 5,5401
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0076 +0,79%
DÓLAR comercial	Compra: 5,0261 Venda: 5,0267
DÓLAR turismo	Compra: 5,0468 Venda: 5,2268

MERCADOS

Bovespa emenda 3ª alta e fecha o mês com ganho de 0,71%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com o reforço da aversão a risco ao longo de setembro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) precisou esperar a última sessão do intervalo para definir o sinal do mês, positivo.

Em alta pela terceira sessão nesta sexta-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa) subiu 0,72%, aos 116.565,17 pontos, na contramão de dia majoritariamente negativo, entre perda de 0,47% (Dow Jones) e leve ganho de 0,14% (Nasdaq), em Nova York. Dessa forma, o Ibovespa obteve ganho no mês, de 0,71%, quase idêntico ao da sessão, que encerrou semana de variação também contida (+0,48%). No ano, o Ibovespa avança 6,22%, vindo de perda de 5,09% em agosto. O giro, hoje, foi de R$ 20,1 bilhões.

O índice da B3 havia iniciado o terceiro trimestre, no fechamento do dia 3 de julho, aos 119.672,78 pontos, tendo encerrado junho aos 118.087,00 pontos. Entre abril e julho, o Ibovespa encadeou apenas ganhos, até a correção de agosto e ao que pode ser visto como uma pausa, agora, em setembro. Após ter cedido 7,16% no primeiro trimestre, com perdas acumuladas em fevereiro (-7,49%) e março (-2,91%), no que foi seu pior trimestre de abertura de ano desde 2020, o Ibovespa teve boa recuperação no intervalo abril-junho, quando avançou 15,9%, puxado em especial pelo salto de 9% em junho, que colocou o primeiro semestre no positivo (+7,61%).

Agora, encerrada a primeira metade do segundo semestre, o Ibovespa volta a mostrar perda trimestral, de 1,28%, após ter começado bem o intervalo, com ganho de 3,27% em julho.

Na moeda americana, o Ibovespa fechou setembro a 23.188,74, um pouco mais 'barato' do que no encerramento de agosto, quando mostrava 23.376,98 pontos, mês em que, além da retração de 5,09% para o índice de ações nominal, houve avanço de 4,69% para o dólar frente ao real - em setembro, tais variações ficaram, respectivamente, em +0,71% e +1,53%, com o dólar, de volta a R$ 5, em alta mais forte do que a do índice de ações no mês.

Nesta sexta-feira, o sinal positivo do Ibovespa foi assegurado, em especial por Vale, a ação de maior peso individual no índice, com alta de 1,32% para a ON no fechamento - no mês, a mineradora subiu 3,84%, em ganho aparado por perda de 0,62% na semana. Eletrobras ON e PNB também foram bem na sessão, em alta, respectivamente, de 1,65% e 1,51%. Na ponta do Ibovespa, destaque para Grupo Casas Bahia (+6,78%), papel muito pressionado em sessões anteriores, resultando em perdas, no mês, na casa de 50% e, no ano, de quase 74%. No lado oposto do índice nesta sexta-feira, CVC (-3,02%), Natura (-2,22%) e CPFL (-1,61%).

Com o petróleo, assim como ontem, aparando os ganhos da commodity na semana e no mês, Petrobras ON e PN ensaiavam dia misto, mas ganharam fôlego em direção ao fechamento, conferindo ímpeto extra ao Ibovespa, com a ON em alta de 1,01%, na máxima da sessão no encerramento, e a PN, de 0,55%. Tanto a semana (ON +2,02%, PN +1,79%) como o mês (ON +9,7%, PN +8,45%) foram positivos para as ações da empresa, com o petróleo tendo operado no intervalo nos maiores níveis de preço em mais de um ano.

DÓLAR RECUA 0,26%

O dólar à vista encerrou a sessão desta sexta-feira, em queda de 0,26%, cotado a R$ 5,0268. Pela manhã, a moeda trabalhou por alguns momentos abaixo do piso de R$ 5,00, com mínima a R$ 4,9884, na esteira do recuo dos juros longos americanos.

Apesar do refresco desta sexta, o dólar à vista encerra a semana em alta de 1,91%. Graças à arrancada dos últimos dias, a moeda termina setembro com valorização de 1,53%.

HÁ VAGAS

'Enem dos concursos' terá 6,6 mil vagas em 20 órgãos

EDUARDO RODRIGUES/AE

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse nesta sexta-feira, que o concurso nacional unificado visa espelhar melhor a composição da sociedade brasileira na burocracia estatal. "Queremos uma burocracia que seja a cara da sociedade brasileira, em termos de gênero, raça e representação geográfica", destacou.

O governo publicou nesta sexta o decreto que institui o Concurso Público Nacional Unificado e seus órgãos de governança. A iniciativa consiste em um modelo de realização conjunta de concursos públicos nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a aplicação simultânea de provas em 180 cidades de todos os Estados e no Distrito Federal.

"Muitos órgãos tinham perdido a capacidade de fazer concursos. E muitos órgãos anunciaram provas apenas em Brasília, o que achamos muito equivocado", afirmou a ministra.

Após muitos anos sem concursos no governo federal, a pasta já autorizou neste ano a abertura de concursos para preencher 9.116 cargos efetivos. Com a adesão de 20 órgãos e entidades, a primeira edição do concurso nacional unificado incluirá 6.590 dessas vagas.

O edital será publicado até 20 de dezembro e as provas serão realizadas até março de 2024 - com a possibilidade de ocorrer em 25 de fevereiro. "Nossa ideia é que se torne a principal forma de se fazer concursos no âmbito federal, e queremos fazer isso anualmente ou bianualmente", completou.

Além da maior representação da população, Dweck avaliou que o concurso unificado - apelidado de "Enem dos concursos" - também deve trazer ganho de escala e redução de custo para cada um dos órgãos. O orçamento do concurso, porém, depende da quantidade de candidatos inscritos.

"A nossa estimativa é ter entre 3 milhões e 4 milhões de inscritos", estimou a ministra. "Com uma única inscrição, o candidato poderá concorrer a diversas vagas, em todas as carreiras que estão naquele bloco", completou.

O decreto cria dois órgãos de governança do concurso nacional: a Comissão de Governança e o Comitê Consultivo e Deliberativo. Caberá à Comissão de Governança, entre outras competências, estabelecer diretrizes e regras gerais para a realização do concurso. A comissão será composta por representantes do Ministério da Gestão, que a coordenará; Advocacia-Geral da União (AGU); Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

ENERGIA

Aneel mantém bandeira verde em outubro na conta de luz

MARLLA SABINO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nesta sexta-feira, que vai manter a bandeira tarifária verde acionada em outubro. Com a decisão, as contas de luz seguem sem cobrança adicional no próximo mês.

O nível foi mantido devido às condições favoráveis de geração de energia no País. Com os reservatórios das usinas hidrelétricas cheios, por causa das chuvas, não é necessário acionar fontes mais caras, como as termelétricas.

"A energia gerada está mais barata. Tem chovido mais nos reservatórios, e aí podemos contar com as hidrelétricas, que possuem um custo de geração mais baixo do que outras fontes. Isso sem falar do avanço das usinas eólicas e solares, sobretudo no Nordeste do País", disse o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, em nota.

A bandeira verde está em vigor há mais de um ano e vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo a agência reguladora, a expectativa é de que as contas sigam sem taxa adicional até o fim do ano.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar os custos da geração de energia no País aos consumidores e atenuar os impactos nos orçamentos das distribuidoras de energia.

Antes, o custo da energia em momentos de mais dificuldades para geração era repassado às tarifas apenas no reajuste anual de cada empresa, com incidência de juros. No modelo atual, os recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras mensalmente por meio da "conta Bandeiras".

A bandeira verde, quando não há cobrança adicional, significa que o custo para produzir energia está baixo. Já as bandeiras amarela e vermelha 1 e 2 representam um aumento no custo da geração e a necessidade de acionamento de térmicas, o que está relacionado principalmente ao volume dos reservatórios.

DESENROLA

Haddad descarta nova onda de inadimplência no começo do ano

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E EDUARDO LAGUNA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou nesta sexta-feira, a possibilidade de, no começo do ano, se fazer um novo Desenrola Brasil para renegociar uma nova onda de inadimplência caso os juros não caiam mais e as pessoas, com isso, não ampliem seu poder de compra.

A ideia, de acordo com Haddad, não é essa. De acordo com o ministro, a inadimplência subiu a um nível inédito no País, afetando 72 milhões de pessoas, muito em função de uma crise pandêmica. Ou seja, a pandemia da covid-19 tem muita responsabilidade pelo elevado patamar de inadimplência que se abateu sobre a população brasileira, segundo o ministro.

"Nós tivemos uma crise pandêmica, a inadimplência subiu a um patamar inédito, humilhou 72milhões de pessoas, seus CPFs ficaram negativados. Então estamos fazendo um trabalho para atingir dezenas de milhões de brasileiros que nós esperamos que, com aumento da renda, queda do desemprego, queda de juro... consignado já caiu, Selic já caiu... eu penso que é uma grande contribuição que está sendo dada", disse o ministro Haddad.

De acordo com ele, se lhe fosse pedido uma previsão, "eu acho que essa plataforma continuará sendo usada ao longo dos anos, é nova e é um instrumento de fazer encontros entre credores e devedores. Penso que não tem em outros países. Acho que será um case a ser analisado."

ICMS

Estados poderão isentar compras de estrangeiros

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os estados e o Distrito Federal podem instituir programas de devolução de impostos a turistas estrangeiros que fizerem compras em seus territórios. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda, aprovou, por unanimidade, nesta sexta-feira proposta apresentada pelo estado do Rio de Janeiro para isentar de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as compras de turistas de outros países. Existente em diversos países, os programas tax free reembolsam viajantes do exterior que fazem compras por meio da devolução de impostos, geralmente na fatura do cartão de crédito, após pedido do turista. Os governos que adotam a prática alegam que o aumento de consumo compensa a renúncia fiscal. Na reunião desta sexta-feira, além do Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte manifestaram a intenção de instituir programas tax free. Conforme a proposta aprovada, as compras de turistas estrangeiros equivalem a incentivos do ICMS para exportações.

Pela legislação tributária, a arrecadação desse imposto cabe aos estados e ao Distrito Federal. Como o ICMS é o tributo que mais incide sobre o consumo, eventuais programas de isenções, no caso do Brasil, devem ser estaduais, em vez dos governos federais, como ocorre em outros países.

Uma pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises estimou a elevação do consumo de turistas estrangeiros com programas tax free. Segundo o estudo, o consumo médio com compras para o próprio viajante e acompanhantes subiria de US$ 542,90 sem o programa para US$ 665,50.

CONCESSÃO

Proposta única vence leilão do Lote 2 de rodovias no Paraná

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O Consórcio Infraestrutura PR venceu, nesta sexta-feira, o leilão de concessão do Segundo Lote do Sistema Rodoviário do Paraná. Único grupo a apresentar proposta, o consórcio ofertou desconto de 0,08% no valor máximo de pedágio previsto no edital. Pela modelagem do leilão, o critério para escolha da empresa vencedora foi o maior desconto no valor da cobrança.

O trecho concedido abrange cerca de 605 quilômetros das BRs 53, 277 e 369 e das rodovias estaduais PR-092, 151, 239, 407, 408, 411, 508, 804 e 855. O preço de pedágio que será pago pelos usuários nesses trechos será mais baixo do que o cobrado no encerramento da última concessão, em 2021.

REDUÇÃO DE PREÇOS

Segundo o Ministério dos Transportes, o atual edital de concessão apresenta valores máximos de pedágio mais baixos em todas as praças, em comparação com os cobrados anteriormente. "Para os usuários frequentes e aqueles que utilizam a TAG como meio de pagamento, haverá um desconto adicional a partir de 5% nas tarifas. Como exemplo, em Carambeí, o valor vigente na concessão anterior era de R$ 11,50 para carros de passeio. No edital, o valor é de R$ 9,83 e, com a TAG, chega a R$ 9,34", destacou o ministério em comunicado.

O período de concessão será de 30 anos, e o grupo vencedor terá que investir cerca de R$ 17 bilhões. Entre as melhorias previstas, estão 350 quilômetros (km) de duplicação, 139 km de faixas adicionais, inclusive na Serra do Mar, 73 km de vias marginais, 52 passarelas para pedestres, duas áreas de descanso para caminhoneiros e 150 paradas de ônibus.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 29º 16º 65% 05:48 18:06 **PRIMAVERA-SÁBADO:** Sol com nuvens pela manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

GESTÃO

TCM alerta Prefeitura e cobra melhorias nos cemitérios

ÍTALO LO RE/AE

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo aprovou nesta semana um novo alerta para a Prefeitura da capital paulista cobrando melhorias na gestão dos cemitérios da cidade. O TCM afirma ter recebido denúncias de que o contrato de concessão não tem sido respeitado. Uma das queixas é de que os consórcios não estariam informando com clareza sobre serviços gratuitos.

Os 22 cemitérios públicos de São Paulo, além de um crematório, foram concedidos à iniciativa privada em março deste ano. Após um período de transição, os quatro consórcios vencedores assumiram integralmente os serviços, prevendo até uso de limusines em cortejos.

Em junho, auditores do tribunal encontraram uma série de problemas ao realizar uma fiscalização nos cemitérios municipais, como cavalos pastando entre os túmulos e ossadas expostas e sem identificação. Na ocasião, as concessionárias afirmam que alguns dos problemas eram antigos e que estavam trabalhando em melhorias. Agora, Cortel SP, Consolare e Velar SP, além da Prefeitura, afirmam ainda não terem sido notificados O Grupo Maya não retornou.

No novo alerta, o TCM afirma ter sido notificado sobre falhas na prestação de serviços gratuitos. "O que impera hoje depois do serviço da concessão é confundir para ganhar mais. Não esclarecem a população dos seus direitos para poder lucrar mais com os momentos mais tristes do ser humano, quando perde um ente querido", diz, em comunicado, o conselheiro corregedor do TCM, João Antonio.

O TCM afirmou que iria determinar que a SPRegula e o Serviço Funerário do Município (SFMSP) adotem providências para garantir que as concessionárias implementem imediatamente avisos sobre todas as formas de gratuidades e cumpram as regras. "Um dos destaques do debate foi a gratuidade de sepultamento a doadores de órgãos. Os familiares têm direito, por lei, a não pagar pelo serviço", afirma o comunicado.

Conforme o órgão, a Lei Municipal 13.870 prevê que hospitais, postos de saúde e cemitérios devem afixar nas entradas ou áreas de atendimento ao público placa informativa de no mínimo 40 centímetros por 80 centímetros em material durável e com letras pretas ou vermelhas sobre fundo branco informando sobre a isenção de despesas funerárias de pessoa que tiver doado os órgãos.

O TCM afirmou que os conselheiros ainda debateram a eventual necessidade de que as empresas que administram os cemitérios ressarçam as famílias quando túmulos forem violados ou depredados, uma vez que a segurança é um dos itens previstos no contrato de concessão. Foram pontuados ainda problemas com itens básicos de manutenção do serviço, como segurança, limpeza, jardinagem e acesso à informação.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo, por meio da SP Regula e do Serviço Funerário do Município (SFMSP), informou que não foi notificada pelo Tribunal de Contas do Município e que todas as gratuidades de sepultamento são garantidas pelas leis municipais e foram mantidas após a concessão dos serviços.

"A SP Regula mantém, junto ao SFMSP, um corpo de fiscais responsáveis para verificar a prestação contratual pelas concessionárias, a fim de que as administradoras entreguem serviços de qualidade à população e sancioná-las, em casos de descumprimento contratual", disse a Prefeitura.

A gestão municipal acrescentou que o canal da Ouvidoria Geral do Município e os canais SP156 estão disponíveis para que os usuários dos serviços possam fazer reclamações, sugestões e elogios, ou informar qualquer divergência durante a contratação

Em nota, a Cortel SP disse que, por ora, não foi notificada pelo TCM. "Desde que assumiu a gestão de cinco cemitérios em São Paulo, em março deste ano, o grupo tem realizado uma série de melhorias nas unidades, conforme prazos e compromissos estabelecidos no contrato de concessão", disse o consórcio, que destacou ações de reforma, zeladoria e manutenção.

A Cortel SP afirmou ainda que todo o trabalho avança de maneira progressiva, dentro do prazo legal estabelecido, e que permanece em constante contato com os órgãos responsáveis. "As obras de reforma dos Cemitérios Araçá e Santo Amaro, por exemplo, estão em curso, com entrega prevista para o final de outubro", disse.

A Consolare, concessionária responsável pela gestão dos cemitérios da Consolação, Quarta Parada, Santana, Tremembé, Vila Formosa I e II e Vila Mariana, também disse não ter sido comunicada pelo TCM. "No entanto, esclarece que trata a questão da gratuidade com seriedade, garantindo que munícipes elegíveis, incluindo doadores de órgãos, tenham seus direitos respeitados", disse.

O consórcio afirmou que são fornecidas informações claras em seus pontos de atendimento e que os procedimentos são seguidos rigorosamente para assegurar a gratuidade a todos que possuem esse direito. A Consolare afirma que praticamente dobrou o número de colaboradores dedicados à varrição e recolhimento de resíduos, com o objetivo de antecipar o cumprimento das melhorias da zeladoria e segurança dos cemitérios previstas no edital.

A Velar SP afirmou também não ter recebido o relatório, mas disse que tem cumprido o contrato de concessão, inclusive informando sobre o direito à gratuidade e funeral social em suas unidades e na internet. "Com relação à administração cemiterial, a concessionária investe constantemente nos cinco cemitérios sob seus cuidados e no crematório de Vila Alpina", disse.

De acordo com a Velar SP, todas as obrigações contratuais estão sendo implantadas no prazo estabelecido e cumpridas. "Caso aconteça algum desvio de procedimento, este será imediatamente corrigido", afirmou, em nota.

Também procurado pela reportagem, o Grupo Maya não retornou até a publicação deste texto.

POÁ

Gerente morre ao ser usada como escudo durante assalto a banco

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma gerente de banco morreu após ser usada como escudo pelo suspeito durante assalto a uma agência bancária quinta-feira passada, em Poá, na Grande São Paulo. O suspeito, que tentava fugir com mais de R$ 30 mil, foi morto pela Polícia Militar. Outro funcionário do banco foi ferido, mas passa bem. A Polícia Civil investiga as circunstâncias das mortes.

O assalto aconteceu em uma agência do banco Itaú na Avenida Nove de Julho, na região central de Poá. Conforme a Polícia Civil, testemunhas disseram que um homem entrou desarmado na agência e se dirigiu à parte superior, onde teria conseguido pegar a arma de um vigilante. Após render os funcionários, ele começou a recolher o dinheiro, quando a Polícia Militar chegou.

De acordo com o delegado Eliardo Jordão, que investiga o caso, o homem tentava fugir com R$ 33 mil no momento em que a PM entrou na agência. Ao perceber a presença dos policiais, ele tomou a gerente como refém e a usou como escudo para descer a escada.

Houve tiroteio e três pessoas foram atingidas. A gerente Aline de Sousa Lira, de 34 anos, e o suspeito, de 27 anos, morador de Itaquaquecetuba, morreram no local.

Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionada e constatou os óbitos. Outro bancário atingido foi levado para o Hospital Guido Guida e está em recuperação.

O Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes e Região postou mensagem de luto pela morte da gerente, que trabalhava no Itaú desde 2008. Em 2021, ela assumiu a gerência de atendimento ao cliente. Antes, havia trabalhado como vendedora em uma loja de varejo. A bancária era graduada em Letras e Pedagogia.

Nota

AUDIÊNCIA PÚBLICA TEM PANCADARIA E CONFUSÃO EM CÂMARA DE TABOÃO DA SERRA

A audiência pública realizada na Câmara Municipal de Taboão da Serra nesta quinta-feira passada, para discutir o orçamento estadual de 2024 terminou em confusão e pancadaria devido a uma disputa política local. Apoiadores do atual prefeito José Aprígio da Silva (Podemos) e do ex-prefeito Fernando Fernandes (PSDB) iniciaram uma discussão durante a reunião organizada pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), que foi interrompida antes do previsto. Aprígio e Fernandes estão em lados opostos na corrida pela Prefeitura de Taboão da Serra no próximo ano, e esse foi o pano de fundo da briga. Os dois estavam presentes na sessão desta quinta e, segundo relatos, houve troca de provocações entre os grupos adversários a todo momento.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 29ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 11:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem no mínimo, dois terços do valor global dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem a maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SUSTEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 11:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA LF PEC", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2 e 3ª Séries da 33ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 12:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI FORGREEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 12:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 40ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 13:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail commcor@fiduciario.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA BANDEIRANTES", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 44ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 44ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 44ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 23 de outubro de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI MELCHIORETTO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, de

PRIMAVERA-SÁBADO: Sol com aumento de nuvens. À noite ocorrem pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 30º 19º 85% 05:35 17:52

PARALISAÇÃO

Câmara dos EUA rejeita proposta orçamentária da liderança republicana

ANDRÉ MARINHO/AE

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos rejeitou, na tarde desta sexta-feira, a proposta da liderança republicana na Casa por uma resolução orçamentária que, de maneira temporária, poderia evitar a paralisação do governo.

O projeto recebeu 198 votos a favor e 232 contrários, incluindo 21 deputados republicanos que ignoraram a orientação do próprio partido e rechaçaram a matéria.

O texto previa a prorrogação do financiamento até 31 de outubro, mas também trazia drásticos cortes de gastos que provavelmente enfrentariam resistências no Senado, controlado pelos democratas

Uma nova votação foi marcada para amanhã, mas não está claro quais serão os planos do presidente da Câmara, Kevin McCarthy.

A derrota ilustra as dificuldades de McCarthy em manter a bancada unida na resposta à agenda do presidente dos EUA, Joe Biden. No começo do ano, o deputado foi eleito à presidência da Câmara após uma histórica sequência de votações, que expôs a insatisfação da ala mais à direita do partido com o que consideram uma postura leniente sobre a Casa Branca.

Para apaziguar o quadro, McCarthy autorizou o início de um inquérito de impeachment contra Biden por suposto envolvimento com negócios do filho dele, Hunter Biden, embora não tenha submetido a abertura do processo ao plenário da Câmara.

VENEZUELA

Autoridade eleitoral propõem adiar primárias da oposição

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) apresentou na quinta-feira passada, a proposta de adiar as eleições primárias da oposição por 28 dias, das quais sairá o candidato da oposição para enfrentar Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 2024, sob o argumento de facilitar o apoio logístico a um apelo aberto a mais de 20 milhões de venezuelanos inscritos nos cadernos eleitorais.

Os membros da oposição estão programados para realizar suas eleições primárias em 22 de outubro.

Elvis Amoroso, presidente da nova direção da CNE, anunciou através das redes sociais do órgão eleitoral que entregou aos membros da Comissão Nacional Primária, chefiada por Jesús María Casal, uma proposta completa.

ESPANHA

Conservadores não têm maioria e Sánchez pode se tornar premiê

O primeiro-ministro interino de centro-esquerda da Espanha, Pedro Sánchez, perdeu as eleições nacionais de julho, mas tem uma chance de retornar ao poder agora que o líder dos conservadores do país falhou pela segunda vez nesta sexta-feira, em obter o apoio do parlamento para um novo governo. Se nenhum governo estiver em vigor até 27 de novembro, outras eleições nacionais serão realizadas em 14 de janeiro.

Numa votação no Congresso dos Deputados em Madrid, o líder do Partido Popular Alberto Núñez Feijóo obteve 172 votos de legisladores a seu favor e 177 contra ele, com um voto declarado nulo e sem efeito. Esse foi aproximadamente o mesmo resultado que recebeu dois dias antes, na primeira rodada da votação, e a derrota esgotou as suas hipóteses de tomar o poder - isto é, a não ser que aconteça uma reviravolta excepcional.

O Partido Popular detém 137 assentos no Congresso dos Deputados, o maior número de qualquer partido, após as eleições. Mas mesmo com o apoio dos 33 legisladores do partido de extrema-direita Vox e de dois pequenos rivais conservadores.

NO ESPAÇO

EUA admitem que Irã pôs satélite em órbita

Os Estados Unidos reconheceram que a Guarda Revolucionária paramilitar do Irã teve sucesso em lançar um satélite de imagens nessa semana, num lançamento que se assemelha a outros criticados por Washington, por fortalecer o programa de mísseis balísticos de Teerã.

Hoje, dados publicados pelo site space-track.org listavam um lançamento na quarta-feira passada, pelo Irã que colocou o satélite Noor-3 em órbita. As informações para o site são fornecidas por um braço das forças armadas americanas. As autoridades iranianas divulgaram um vídeo de um foguete decolando de um lançador móvel sem dizer onde ocorreu, mas que aparentemente se trata de uma base perto de Shahroud, a cerca de 330 quilômetros de Teerã.

Os EUA dizem que os lançamentos de satélites do Irã desafiam uma resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e pedem para que Teerã não realize atividades que envolvam mísseis balísticos capazes de lançar armas nucleares. As sanções da ONU relacionadas ao programa de mísseis balísticos do Irã expirarão em 18 de outubro.

GOLPISMO

Presidente da CPMI protege Braga Netto e desmarca depoimento

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro desmarcou o depoimento do ex-ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro (PL), general da reserva Walter Braga Netto. É a segunda vez que a oitiva do militar é cancelada. A decisão foi tomada pelo presidente do colegiado, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA).

Braga Netto era esperado para prestar depoimento no dia 5 de outubro, às 9h. Maia, no entanto, decidiu cancelar a convocação e marcar a oitiva do primeiro-sargento da Polícia Militar do Distrito Federal Beroaldo José de Freitas Júnior.

O PM estava na cúpula do Congresso Nacional no dia dos ataques golpistas aos prédios dos Três Poderes. Ele e a soldado Marcela da Silva Morais Pinno foram arremessados de uma altura de três metros pelos extremistas. Os dois foram promovidos pelo governo do Distrito Federal por ato de bravura.

É a segunda vez que o depoimento de Braga Netto é desmarcado. O militar seria ouvido no dia 19 deste mês, mas, segundo a assessoria do presidente da comissão, a decisão de adiar o depoimento foi tomada a pedido da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

A decisão de Maia desagradou parte da bancada governista. Para os parlamentares, o depoimento de Braga Netto pode trazer novos fatos sobre o suposto envolvimento de militares em ações e planos golpistas contra o sistema eleitoral.

O tenente-coronel Mauro Cid disse em delação à Polícia Federal (PF) que o ex-presidente Jair Bolsonaro se reuniu com a cúpula do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para discutir detalhes de um plano de golpe para não deixar a Presidência. O encontro teria ocorrido quando Bolsonaro ainda estava na Presidência. De acordo com o relato de Cid à PF, Bolsonaro teria recebido do assessor Filipe Martins uma minuta de decreto para prender adversários e convocar novas eleições.

Braga Netto também deve ser questionado sobre a operação da PF, que apura irregularidades em contratos do gabinete de intervenção federal no Rio de Janeiro, chefiado pelo general, em 2018.

Depoimentos da cúpula das Forças Armadas de Bolsonaro

Governistas que integram a comissão acreditam que a decisão de Maia pode fazer com que o general não seja ouvido pela CPMI. A relatora da comissão, senadora Eliziane Gama, diz que a expectativa é que o grupo consiga aprovar requerimentos para ouvir os ex-comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica Eliziane deve entregar o relatório final no dia 17 de outubro.

Maia tenta blindar as Forças Armadas na CPMI, como mostrou a Coluna do Estadão. As ações contam ainda com o apoio de aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta acalmar os ânimos entre o Executivo, Exército, Marinha e Aeronáutica.

NARCOTRÁFICO

Governo Lula vai lançar plano de combate ao crime

PAULA FERREIRA/AE

O governo federal vai lançar nesta segunda-feira, um plano nacional para combater as organizações criminosas no País. A medida foi anunciada pelo secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, nesta sexta-feira, após reunião com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). A gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido alvo de críticas por não apresentar propostas efetivas para a área de segurança pública e ver o avanço de crimes violentos em Estados como Rio e Bahia.

Cappelli, braço direito do ministro Flávio Dino na pasta, não detalhou as medidas previstas no plano, mas afirmou que serão priorizadas ações de inteligência para desarticular grupos criminosos. O secretário executivo afirmou que não haverá espetacularização das operações. Apesar das críticas sobre a atuação na área de segurança, Dino pode deixar a pasta rumo ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde pode ocupar a vaga deixada pela ministra Rosa Weber.

No domingo passado, o programa "Fantástico", da TV Globo, exibiu uma reportagem sobre uma espécie de centro de treinamento de criminosos no Complexo da Maré, na zona norte do Rio. O caso motivou uma reunião de Cappelli com o governador do Estado.

"Aquelas imagens que a gente viu são inaceitáveis. Treinamento de guerrilha urbana à luz do dia, criminosos andando com fuzis e (pistolas) .50. Isso não é aceitável em nenhum lugar do mundo e vamos atuar com inteligência, proporcionalidade, respeitando à ADPF (ação judicial que restringe operações policiais das favelas), com tecnologia, sem nenhuma ação pirotécnica ou espetacular. A inteligência com mínimo de efeito colateral possível, mas para devolver o território àquelas 140 mil pessoas que moram ali", afirma Cappelli.

A Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) citada pelo secretário tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e têm decisões que estabelecem limites e parâmetros na área da segurança pública no Rio.

Cláudio Castro afirmou que requisitou o apoio da Força Nacional para atuar na favela. De acordo com Cappelli, as solicitações do governo serão atendidas. Cappelli destacou que a Força Nacional cumprirá papel de retaguarda às forças estaduais.

"Se o crime está cada vez mais estruturado e organizado no País, o poder público precisa estar também cada vez mais integrado, organizado, unido para combater esse que é um problema não só do Rio de Janeiro, mas um desafio nacional, uma vez que essas organizações estão cada vez mais articuladas", argumenta o secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além do Rio, a segurança também tem vivido uma crise na Bahia. Até o momento, o Estado registrou mais de 50 mortes em operações da polícia, superando a PM fluminense neste quesito. Na última segunda-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, se reuniu com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), para discutir parcerias a respeito da segurança pública no Estado.

Nota

CONGRESSO DEVE REGULAMENTAR A LICENÇA PATERNIDADE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta sexta-feira maioria de votos para determinar ao Congresso a aprovação de uma lei para garantir a implementação da licença-paternidade. Pela decisão, os parlamentares terão prazo de 18 meses para criar as regras do benefício. Caso não seja aprovado, a licença-paternidade deverá seguir as regras da licença-maternidade, que é de 120 dias. Por 7 a 1, a maioria dos ministros votou para declarar a omissão do Congresso na regulamentação da licença para os pais, que foi garantida na Constituição, mas desde a promulgação não foi regulamentada. A decisão da Corte foi tomada a partir de uma ação protocolada em 2012 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ 43.173.625/0001-68
Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral extraordinária, que se realizarão no dia 07 de outubro de 2023 às 09h00min em 1ª Convocação e 09:30hs em 2ª Convocação e será realizada com qualquer quórum, no endereço na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Examinar, discutir e votar a continuidade ou não da 7Tran mediante matriz de decisão; b) Assuntos Gerais.
Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2023.
Adriana Correa de Araújo
Presidente do Conselho

SAÚDE

Prefeitura amplia acesso à profilaxia ao HIV

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS) alcançou este ano a marca de 6.360 usuários cadastrados no serviço de saúde para uso da medicação de pré-exposição ao HIV, sendo 4.524 pacientes com prescrição da rede pública.

Segundo a pasta, o número é um marco dentro da elaboração de políticas públicas para prevenção do HIV. Qualquer unidade de atenção primária (clínicas da família e centros municipais de saúde) pode prescrever o uso de profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP) e, após avaliação médica, o procedimento é realizado em 166 unidades. Até o momento, já foram entregues mais de 7,7 mil medicamentos na cidade.

Para garantir o acesso da população indicada ao tratamento, a rede municipal de saúde do Rio ampliou o número de unidades dispensadoras da medicação para a profilaxia pré-exposição ao HIV, que saiu de três em 2020, para 166 em 2023. Além de oferecer o serviço em horário diferenciado no Centro Municipal de Saúde Rocha Maia, em Botafogo, de domingo a domingo, das 7h às 22h, com ambulatório especializado, atendendo os usuários sem necessidade de agendamento.

"A ampliação do serviço é um marco importante para promoção da saúde e um avanço dentro da estratégia para prevenção do HIV. Os pacientes com indicação para o uso do PrEP têm acesso garantido, o que possibilita maior qualidade de vida. Além da ampliação das unidades dispensadoras, ter um centro municipal com horário de funcionamento diferenciado pode fazer toda diferença na vida de usuários, que por alguma razão não conseguem comparecer nas unidades que funcionam em horário comercial", disse, em nota, Larissa Terrezo, superintendente de Atenção Primária da SMS.

O QUE É PREP

PrEP consiste no uso de medicação antirretroviral por pessoas não infectadas pelo HIV, mas que estão extremamente vulneráveis ao vírus. São os casos de casais – tanto hetero quanto homoafetivos – em que apenas um dos parceiros vive com o vírus; gays e outros homens que fazem sexo com homens; pessoas trans e travestis; pessoas que usam drogas; pessoas privadas de liberdade; profissionais do sexo. Outras situações devem ser avaliadas pelo médico.

Esses pacientes passam pela avaliação do profissional de saúde na unidade de atenção primária para verificar o risco de infecção e os critérios de indicação da PrEP. O objetivo da profilaxia pré-exposição ao HIV é diminuir o risco da infecção pelo vírus, com o uso de um comprimido por dia realizado de forma contínua. A medicação não previne demais infecções sexualmente transmissíveis e, portanto, deve ser combinada com outras formas de prevenção.

PEP

PEP é a profilaxia pós-exposição e consiste no uso de medicações antirretrovirais pelo período de 28 dias para diminuir o risco de infecção pelo HIV, após acontecer exposição ao vírus, seja por relações sexuais desprotegidas, situações de violência sexual ou acidentes com material biológico.

A pessoa exposta deve procurar rapidamente uma unidade de saúde, seja de urgência e emergência (hospitais e UPAs) ou de atenção primária, para uma avaliação.